****

**Publicado no D.O.C. São Paulo, 56, Ano 63.**

**Terça-feira – 27 de Março de 2018**

**Secretarias, pág. 04**

**TRABALHO E**

**EMPREENDEDORISMO**

**GABINETE DA SECRETÁRIA**

COORDENADORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR

E NUTRICIONAL

**PORTARIA N.º 021/2018/COSAN/SMTE**

Processo Administrativo n.º 6064.2018/0000099-0

O Coordenador de Segurança Alimentar e Nutricional – COSAN,

da Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo,

no uso de suas atribuições previstas em lei, comunica a relação

final das entidades que já tiveram suas inscrições aprovadas,

juntamente com a inclusão daquelas aprovadas após o exame

dos recursos apresentados e julgados procedentes pela Comissão

Eleitoral, para participarem da eleição dos membros da

sociedade civil do Conselho Municipal de Segurança Alimentar

e Nutricional – COMUSAN Municipal, conforme o Edital de

Chamamento Público n.º 001/SMTE/2018.

I. Ação Comunitária Todos Irmãos

II. Ação da Cidadania São Paulo

III. Associação Andre Everaldo

IV. Associação Beneficente Comunitária Bem Querer

V. Associação Brasil em Ação

VI. Associação Brasileira Capelania Soldados da Paz

VII. Associação Brasileira para Prevenção de Acidentes -

ABPA

VIII. Associação Comunitária Nova Esperança Moradores

Jd Guanhembu

IX. Associação Cube de Mães Raios do Luar

X. Associação Cultural e Comunitária Sorriso do Futuro

XI. Associação Cultural Esportiva e Recreativa Família Copa

70

XII. Associação de Agricultura Orgânica

XIII. Associação de Controladores de Vetores e Pragas

Urbanas (Aprag)

XIV. Associação dos Moradores do Edifício Esmeralda de

Taipas

XV. Associação Independente da Vila Nova Esperança

XVI. Associação Paulista d e Nutrição - APAN

XVII. Associação Renascer Fase 1

XVIII. Associação União dos Amigos do Jd. Rodolfo Pirani e

Jd. São Francisco

XIX. Associação Unidos Comunitários do Jardim Papai Noel

XX. Banco de Alimentos Associação Civil

XXI. Centro de Educação, Estudos e Pesquisas - CEEP

XXII. Centro de Recuperação e Educação Nutricional - CREN

XXIII. Centro de Referência e Estudos de Políticas Institucionais

XXIV. Clube Esportivo Jardim França

XXV. Conselho Regional de Nutricionistas - CRN

XXVI. Cooperativa de Trabalho dos Prestadores de Serviço e

Apoio a Eventos Culturais, Gastronômicos e similares

XXVII. Creche Imaculado Coração de Maria do Jardim

Princesa

XXVIII. Fórum de Sustentabilidade do Butantã

XXIX. Fórum Regional de Mulheres Zona Oeste

XXX. Fundação Abrinq pelos Direitos das Crianças

XXXI. Gaia SOS Instituto Sociedade Civil de Assistência

Social

XXXII. Grêmio Recreativo Esportivo e Cultural Revolução

Jardim Macedonia

XXXIII. Grupo de Pesquisas "Promoção da Saúde e Segurança

Alimentar e Nutricional"

XXXIV. Igreja Evangélica Pentecostal Assembleia dos Santos

Renovados

XXXV. Instituto Arquitetos do Brasil - Depto São Paulo

XXXVI. Instituto de Tecnologia Social ITS Brasil

XXXVII. Instituto Profissionalizante Paulista - IPP

XXXVIII. Instituto Social Dalva Rangel

XXXIX. Instituto Viva Rim

XL. Movimento Força Cooperativista

XLI. Movimento pelo Direito a Moradia

XLII. Núcleo de Aprendizagem Profissional e Assistência

Social - NURAP

XLIII. ONG Equilíbrio Universal

XLIV. ONG João Victor

XLV. Organização Social e Comunitária YaYa - Zona Norte

XLVI. Pastoral da Criança

XLVII. Rede Butantã de Entidades e Forças Sociais

XLVIII. Rede Girassol Instituto Estudos e Promoção Social

Cultural Amb.

XLIX. Samaritano São Francisco de Assis

L. Sindicato dos Nutricionistas do Estado de São Paulo

LI. Sistema Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

no Estado de São Paulo

LII. Slow Food

LIII. Sociedade Amigos de Vila Salete

LIV. Templo de Umbanda Mata Tumbia Jussara

LV. União de Hortas Comunitárias de São Paulo

**Servidores, pág. 31**

**TRABALHO E**

**EMPREENDEDORISMO**

**GABINETE DA SECRETÁRIA**

**SUPERVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAS**

RELAÇÃO DE ADICIONAIS POR TEMPO DE SERVIÇO NOS

TERMOS DO ARTIGO 112, DA LEI 8989/79

****

**Editais, pág. 46**

**GABINETE DO PREFEITO**

**CASA CIVIL**

CONSELHO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PÚBLICA - COMAP

**ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO**

**CONSELHO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚ-**

**BLICA – COMAP REALIZADA EM 26 DE MARÇO**

**DE 2018.**

Aos 26 dias do mês de março do ano de 2018, às 14h30m,

sob a presidência do Senhor Cesar Azevedo, Casa Civil, realizou-

-se a 11ª reunião Plenária Extraordinária do Conselho Municipal

de Administração Pública – COMAP de 2018, na sala de reuniões

do décimo andar, estando presentes os seguintes membros:

Fábio Teizo, de SMG, Vladimir de Sousa Alves, de SMJ, Júlio

Serson, de SMRI e Elma de Jesus Silva Justino, de SF.

O Conselho foi instituído pelo Decreto nº. 50.514, de 20 de

março de 2009, e posteriores alterações e os membros nomeados

por meio da Portaria 333, de 10 de novembro de 2017, e da

Portaria 77, de 2 de março de 2018.

Dado início a 11ª reunião extraordinária de 2018, segue

abaixo resumo das deliberações:

1. Foram apreciadas as propostas de nomeações/designações

formalizadas pelas diversas Secretarias e obtiveram manifestação

favorável ao prosseguimento, uma vez examinadas

as declarações apresentadas em atendimento ao Decreto n°

50.898/2009, com vistas a evitar situações que possam contrariar

o disposto da Súmula 13 do Supremo Tribunal Federal, bem

como, ao Decreto nº 53.177/2012:

****

****

**Editais, págs. 120 a 122**

**HABITAÇÃO**

**CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO**

**SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO**

**MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SECMH**

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL**

**DE HABITAÇÃO**

**6ª GESTÃO**

**Data da Reunião: 12 de dezembro de 2017**

Local: Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – Auditório da

Sala 182 – Centro – SP

Aos doze dias do mês de dezembro do ano 2017, às 14h,

nas dependências do Edifício Martinelli, 18º andar, auditório da

sala 182, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-

se, para a 9ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de

Habitação – 6ª Gestão 2016/2018, conforme lista de presença,

os (as) Conselheiros (as) do Poder Público: Fernando Chucre

(Conselheiro Poder Público/SEHAB); Cristiane Dutra Nascimento

(Conselheira Poder Público/SEHAB); José Toledo Marques Neto

(Conselheiro Poder Público/SEHAB); Marlene Fernandes da Silva

Miamoto (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal Urbanismo

e Licenciamento); Juliana Jacometto Marchi (Conselheira

Poder Público/COHAB); Ricardo Luís Mellão (Conselheiro Poder

Público/Secretaria Municipal de Gestão); Elza Maria Lessa de

Macedo (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal da Fazenda);

Cristiane Genofre Zabatiero (Conselheira Poder Público/

Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo); Roberto

Lucca Molin (Conselheiro Poder Público/Secretaria de Habitação

de SP) e Fernando Arevalillo Llata (Conselheiro Poder Público/

CDHU). Conselheiros (as) dos Movimentos Populares: Mariza

Dutra Alves (Conselheira Movimentos Populares/Movimento

dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1); Antônia Lindinalva do

Nascimento (Conselheira Movimentos Populares/Associação

dos Moradores do Conjunto Habitacional 26 de Julho); Mônica

Fátima Ziliani (Conselheira Movimentos Populares/Associação

dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Oeste); José de Jesus Ferreira

Da Silva (Conselheiro Movimentos Populares/Associação

dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Oeste); Maria Barbosa

Rastelle (Conselheira Movimentos Populares/Associação dos

Movimentos de Moradia da Região Sudeste); Maria dos Santos

Almeida (Conselheira Movimentos Populares/Associação dos

Movimentos de Moradia da Região Sudeste); Ana Paula da Silva

(Conselheira Movimentos Populares/Associação dos Trabalhadores

Sem Teto da Zona Noroeste); Edinalva Silva Franco (Conselheira

Movimentos Populares/Associação Movimento Moradia

em Defesa dos Direitos Sociais); Uranide Sacramento Cruz

(Conselheira Movimentos Populares/Associação de Moradia do

Parque Otero); Manoel dos S. Almeida (Conselheiro Movimentos

Populares/Movimento em Defesa do Favelado Episcopal Belém);

João Bosco da Costa (Conselheiro Movimentos Populares/Associação

de Defesa e Orientação ao Consumidor Contribuinte de

SP); Marisete Aparecida de Souza (Conselheira Movimentos Populares/

Fórum dos Mutirões de SP); Verônica Kroll (Conselheira

Movimentos Populares/Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São

Paulo); Rosalvo Salgueiro (Conselheiro Movimentos Populares/

Movimentos Terra de Deus Terra de Todos) e Ana Maria Carneiro

Procópio (Conselheira Movimentos Populares/MAC). Conselheiros

(as) da Sociedade Civil: Marco Antônio Florenzano (Conselheiro

Sociedade Civil/APEMEC); Eliete Calisto da Cruz (Conselheira

Sociedade Civil/APOIO); Carmen da Silva Ferreira

(Conselheira Sociedade Civil/APOIO); Laísa Eleonora Marostica

Sthoher (Conselheira Sociedade Civil/CUT-SP); Cibeli Gama

Monteverde (Conselheira Sociedade Civil/CREA-SP); Luciana de

Oliveira Royer (Conselheira Sociedade Civil/FAU-SP); Adelcke

Rossetto Netto (Conselheiro Sociedade Civil/PEABIRU); Fabiana

Alves Rodrigues (Conselheira Sociedade Civil/PUC-SP); Ana Teresa

Siqueira de Carvalho (Conselheira Sociedade Civil/SASP) e

Isadora Guerreiro (Conselheira Sociedade Civil/USINA). Ausentes

os (as) Conselheiros (as): Ricardo Rodrigues (Conselheiro

Poder Público/SEHAB); José Amaral Wagner Neto (Conselheiro

Poder Público/SEHAB); Regina Helena Nader (Conselheira Poder

Público/Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento);

Alex Sandro Peixe Campos (Conselheiro Poder Público/COHAB-

-SP); Camilla Martins F. de Oliveira (Conselheira Poder Público/

Secretaria Municipal de Gestão); Rosa Maria Miraldo (Conselheira

Poder Público/SP Urbanismo); Vladimir Ávila (Conselheiro

Poder Público/SP Urbanismo); Lilian Cristina de Moraes Calcagno

(Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal de Serviços

e Obras); Ilzângela Keila de Almeida Rex (Conselheira Poder Público/

Secretaria Municipal de Serviços e Obras); Sebastião Marques

Barbosa Júnior (Conselheiro Poder Público/Secretaria Municipal

da Fazenda); Carlos Massato Kiyomoto (Conselheiro

Poder Público/Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo);

Maria Isabel Rodrigues Paulino (Conselheira Poder Público/

PROCENTRO); Luís Octavio da Silva (Conselheiro Poder

Público/PROCENTRO); Nelson Luiz Baeta Neves Filho (Conselheiro

Poder Público/Secretaria de Habitação de SP); Mônica

Therezinha Barthié Rossi (Conselheira Poder Público/CDHU); Lúcia

Helena Silva (Conselheira Poder Público/CEF); Fernando Augusto

Marques Cera (Conselheiro Poder Público/CEF); Everaldo

Manoel de Aguiar (Conselheiro Movimentos Populares/Movimentos

dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1); Simone de Sousa

Dias (Conselheira Movimentos Populares/Associação dos Moradores

do Conjunto Habitacional 26 de julho); Geni da Fonseca

Monteiro (Conselheira Movimentos Populares/Associação Amigos

do Jd. Ipanema); Ivanilda Rodrigues de Sousa (Conselheira

Movimentos Populares/Associação Amigos do Jd. Ipanema);

Adriana de Freitas Siqueira (Conselheira Movimentos Populares/

Associação Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste); Péricles

Oliveira Santos (Conselheiro Movimentos Populares /Associação

Movimento Moradia em Defesa dos Direitos Sociais); Nestor

Quintos de Oliveira (Conselheiro Movimentos Populares/Associação

de Moradia do Parque Otero) “in memoriam”; Jenilda

Silva Araújo (Conselheira Movimentos Populares/Movimento de

Defesa do Favelado Região Episcopal Belém); Edenilda das Neves

Carneiro Sousa (Conselheira Movimentos Populares/MDM);

Maria do Amparo Oliveira (Conselheira Movimentos Populares/

MDM); Adriana da Silva Oliveira (Conselheira Movimentos Populares/

Associação de Defesa e Orientação ao Consumidor

Contribuinte de SP); Jéssica Freire Leite da Silva (Conselheira

Movimentos Populares/Fórum dos Mutirões de SP); Rogevaldo

Rafael Cesário (Conselheiro Movimentos Populares/Fórum de

Cortiços e Sem Tetos de SP); Vicente Leme Filho (Conselheiro

Movimentos Populares/Movimentos Terra de Deus Terra de Todos);

Silvana de Jesus Alves (Conselheira Movimentos Populares/

IPAC); Alex Alves Lourenço (Conselheiro Movimentos Populares/

IPAC); Antônio Santiago Quintana (Conselheiro

Movimentos Populares/MAC); Ana Luiza Patriota A. Costa (Conselheira

Sociedade Civil/APEMEC); Paulo Emílio Buarque Ferreira

(Conselheira Sociedade Civil/CTB-SP); Carina Mie Saito (Conselheira

Sociedade Civil/ CTB-SP); Paula Fernanda Faria

Rodrigues (Conselheira Sociedade Civil/CUT-SP); Juliana Lemes

Avanci (Conselheira Sociedade Civil/Centro Gaspar Garcia de

Direitos Humanos); Cristina Boggi da Silva (Conselheira Sociedade

Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Reinaldo

Martines Ruiz (Conselheiro Sociedade Civil/CREA-SP); Caio

Santo Amore de Carvalho (Conselheiro Sociedade Civil/FAU-SP);

Marcelo Manhães de Almeida (Conselheiro Sociedade Civil/

OAB-SP); Rafael Borges Pereira (Conselheiro Sociedade Civil/PEABIRU);

Celeste Maria Gama Melão (Conselheira Sociedade Ci-

vil/PUC-SP); Wellington Augusto Machado Sendas (Conselheiro

Sociedade Civil/SCIESP); Thabata Kaoru Yamauchi (Conselheira

Sociedade Civil/SCIESP); Márcio Jeha Chéde (Conselheiro Sociedade

Civil/SECOVI-SP); Maurílio Ribeiro Chiaretti (Conselheiro

Sociedade Civil/SASP); e Paula Carvalho Paschoal Raulino (Conselheira

Sociedade Civil/USINA). Justificaram a ausência o (a)

senhor (a): Carolina Rafaella Ferreira (Conselheira Sociedade

Civil/SECOVI-SP), Edson Aparecido dos Santos (Conselheiro Poder

Público/COHAB-SP); Nelson de Oliveira Candelária (Conselheiro

Sociedade Civil/OAB-SP) e Maristela Alves Lima Honda

(Conselheira Sociedade Civil/SINDUSCON-SP); Ronaldo Cury de

Capua (Conselheiro Sociedade Civil/SINDUSCON-SP). Presentes

as convidadas: Ana Maria Maluf Moussalli (CMH/SEHAB); Patrícia

Gilmetti (SEHAB-Imprensa) e Silvia Amar (COHAB). Pauta da

reunião: 1) Aprovação da Ata da 3ª Reunião Extraordinária do

Conselho Municipal de Habitação-6ª Gestão realizada em

10/10/2017; 2) Aprovação da Ata da 8ª Reunião Ordinária do

Conselho Municipal de Habitação-6ª Gestão realizada em

26/10/2017; 3) Solicitação de Voto CMH nº14/2017-Proposta de

supressão e revogação do prazo de 90 dias a partir da convocação

para assinatura do contrato de financiamento estabelecido

na Resolução CMH nº60 de 2014 - Conselheira Maria Barbosa

Rastele; 4) Solicitação de informação à COHAB-SP, feita pela

Conselheira Mariza Dutra Alves sobre os contratos de adesão

de seguros, anexos aos contratos de financiamento, em razão

de negativas de cobertura do sinistro em casos de morte ou invalidez;

5) Aprovação do Calendário das Reuniões do Conselho

Municipal de Habitação e da Comissão Executiva do CMH da 6ª

Gestão (biênio 2016/2018) para até Julho de 2018; 6) Informes

sobre pedidos de pauta e de votos em análise na SEHAB/COHAB-

SP. O Sr. Fernando Chucre dá início aos trabalhos. São

aprovados o Item 1 - Ata da 3ª Reunião Extraordinária do Conselho

Municipal de Habitação-6ª Gestão realizada em

10/10/2017, e o Item 2 - Ata da 8ª Reunião Ordinária do Conselho

Municipal de Habitação-6ª Gestão realizada em 26/10/2017.

Passa-se ao Item 3. Solicitação de Voto CMH nº14/2017-Proposta

de supressão e revogação do prazo de 90 dias a partir da

convocação para assinatura do contrato de financiamento estabelecido

na Resolução CMH nº60 de 2014, proposta pela Conselheira

Maria Barbosa Rastele. Sra. Maria Barbosa - Uma companheira

da minha região, quando foi convocada para a

regularização de sua unidade habitacional, ela estava casada e

no processo de divórcio. Então, demorou a documentação para

ser regularizada. Quando foi regularizada, ela foi à COHAB da

Subprefeitura do Ipiranga e disseram para ela que seria um valor

alto, R$ 30 mil. Até o moço disse para ela que, se não fosse

essa dívida, ela iria perder a casa. Ela ficou super nervosa e veio

aqui, conversou. Ontem eu vim aqui, conversei com o Filipe e a

situação foi resolvida. Sr. Fernando Chucre – Vamos retirar o

Item 3 da pauta, considerando que foi dada a solução pela

equipe de COHAB. Item 4. Solicitação de informação à COHAB-

-SP, feita pela Conselheira Mariza Dutra Alves sobre os contratos

de adesão de seguros, anexos aos contratos de financiamento,

em razão de negativas de cobertura do sinistro em

casos de morte ou invalidez. Vamos deixar esse item para o final

da pauta e voltamos quando chegar o representante da

COHAB e a Conselheira Mariza. (Não há manifestação contrária

entre os presentes e passa-se ao Item 5 - Aprovação do Calendário

das Reuniões do Conselho Municipal de Habitação e da

Comissão Executiva do CMH da 6ª Gestão (biênio 2016/2018)

para até Julho de 2018) Sr. Fernando Chucre – Datas das reuniões:

fevereiro: dia 20, Comissão Executiva; março: dia 22, Conselho

Pleno; abril: dia 24, Comissão Executiva; maio: dia 24,

Conselho Pleno; junho: dia 19, Comissão Executiva; julho: dia

19, Conselho Pleno. Sra. Ana Maluf - Montamos esse calendário

e não temos ainda a confirmação de SMUL para poder usar este

auditório do 18º andar. Entramos em contato com SMUL várias

vezes, inclusive, hoje. Só podemos ter certeza com relação a essas

datas depois que as reuniões dos órgãos colegiados de

SMUL ficarem programadas. Isso só deve acontecer no início do

ano que vem. Então, a nossa proposta é de ter esse calendário

previamente aqui aprovado. E, se houver alguma alteração, comunicamos

a todos via e-mail, Diário Oficial, e tentamos adequar

à disponibilidade do local. Sr. Fernando Chucre – Estamos

aprovando então esse calendário sujeito à confirmação de

SMUL, sobre a disponibilidade do auditório. (É aprovado o Item

5 da pauta e passa-se ao Item 6 - Informes sobre pedidos de

pauta e de votos em análise na SEHAB/COHAB-SP) Sra. Ana

Maluf - Foi solicitado pelos conselheiros em reuniões anteriores

que sempre constasse da pauta os pedidos que já foram feitos

à Secretaria e que ainda não entraram em debate nas reuniões.

Então, temos a seguir uma tela onde temos a relação de pontos

de pauta para futuras reuniões do Conselho Municipal de Habitação.

Acho que poderia ser feita uma leitura e se verificar se

temos resposta para algum desses pontos de pauta que estão

aqui elencados. Primeiro item: Notícias sobre os chamamentos

promovidos pela COHAB para seleção das entidades organizadoras

interessadas em promover empreendimentos habitacionais

de interesse social em imóveis situações em áreas públicas

do município, em áreas de desapropriação, no âmbito do Programa

Minha Casa Minha Vida, cujas entidades foram desenquadradas

nos critérios do Ministério as Cidades. Sr. Fernando

Chucre – Vou aqui lembrar e pode ser que eu esteja misturando

dois assuntos, mas havia dois questionamentos. O primeiro dos

que foram desenquadrados. E o segundo, que era derivado desse,

houve questionamento na última reunião por algumas entidades.

São as que por motivos outros, que não seja o enquadramento,

seja por vencimento de prazo agora, porque algumas

entidades estavam com problema de prazo, e outras entidades

tinham problemas referentes à impossibilidade de desapropriação

pelos motivos supervenientes, que eram motivos alheios à

vontade da Secretaria da Habitação ou da COHAB de executar

as desapropriações. Na última reunião, foi pedida a inclusão de

pauta e havíamos pedido, se não me falha a memória, que nessa

reunião apresentaríamos, que havia um grupo de COHAB estudando

isso, e apresentaríamos uma proposta, inclusive, já

dando encaminhamento das entidades que poderiam optar por

outros terrenos, no caso das que tinham sido impossibilitadas

de executar projetos por algum problema na desapropriação. Só

falta a deliberação do Secretário e do Presidente da COHAB-SP.

Já há uma proposta. Então, a proposta é deixar para a próxima

reunião. Eles estão me dizendo aqui que o grupo de trabalho

terminou de fazer uma análise do que poderia ser feito e de

quais as propostas que temos e que falta deliberação interna

minha e do Edson para podermos apresentar no Conselho. Havia

algum chamamento que vencia nesse período, entre agora e

a próxima reunião? Pessoal dos movimentos, há alguém que

tenha algum chamamento vencendo entre esse período de

agora e a próxima reunião, em 9 de fevereiro? Se houver, vamos

ter que chamar uma extraordinária para deliberar isso, para não

corrermos risco. Acho que não há agora. Acho que começa a

vencer em março do ano que vem. Sra. Verônica - Esse ponto,

havíamos discutido já bem lá atrás, que é a questão do primeiro

chamamento, que ele está vinculado ao Minha Casa Minha Vida

1, e hoje não há mais. Então, várias entidades, como eu, também

haviam pedido para que tivessem uma resposta para passar

para 1,5. Meu prazo vence em janeiro. Preciso de uma solução

daqui vinte dias. E acredito que todos os companheiros que

estão no Chamamento 1, como eu, não sei se todos, mas estão

na mesma situação. Sr. Fernando Chucre – Então, vamos ter que

fazer uma reunião, se possível, este ano ainda, Verônica. Mais

para o final da semana, começo da semana que vem, porque há

risco de não darmos encaminhamento antes de vencer os chamamentos.

Então, vamos ter que fazer uma reunião antes. Sra.

Verônica - Concordo com o senhor. Só que não dá para esperarmos

a próxima reunião. O meu, que é do Bresser, vence em janeiro.

Todo mundo que recebeu no final do governo passado os

documentos, já venceu. Sr. Fernando Chucre – Para não termos

que chamar o Conselho inteiro para decidir essa questão, peço

para a COHAB convocar todas as entidades que se enquadram

nesse vencimento de janeiro e fazemos uma reunião diretamente

com as entidades, para encaminhar solução. Se os conselheiros

concordarem, damos essa solução antes do prazo definido,

sem ter que convocar uma nova reunião de todos os conselheiros.

É uma sugestão. Sra. Verônica - Secretário, não tenho como

discordar do seu encaminhamento. Só que hoje é dia 12. Temos

pouco mais de quinze dias para chegar a janeiro. Então, tem

que ser na próxima semana, terça-feira, no máximo, e chamar

todas as entidades. Deve ser em torno de umas dez, quinze entidades,

por aí. Do primeiro, são. Sr. Fernando Chucre – Podemos

fazer segunda-feira, dia 18, na parte da manhã. Cancelaram

uma reunião grande e estarei com a manhã livre. Quem da COHAB

irá ficar responsável por isso? Juliana e Silvia. Então, notificar,

chamar, por telefone e por escrito, todas as entidades do

primeiro chamamento para fazermos uma reunião para encaminhamento,

por problema de prazo. Sra. Luciana - Secretário

acho que seria importante chamar o Conselho todo porque estamos

à disposição e seria a última reunião do ano. Estamos em

um esforço coletivo de estarmos todos aqui para deliberar essas

questões. E essas pautas já foram solicitadas. Houve esse esforço

de tentar transformar o Minha Casa Minha Vida 1 em 1,5.

Então, há uma discussão muito grande dos próprios movimentos

tentando colocar, e estou, pela universidade, tentando entender

como migramos da Faixa 1 para 1,5, mas é uma questão

administrativa. SEHAB e COHAB já devem ter se debruçado sobre

isso. É importante que o resto do Conselho esteja presente,

tentando encontrar essas decisões e legitimando isso. Porque,

se começamos a tratar as pautas do Conselho com as demandas

individuais, acabamos perdendo a noção do todo e isso é

ruim até para a continuidade da própria política. Sr. Fernando

Chucre – A minha proposta foi só porque estou dividindo em

duas coisas. Uma coisa é o chamamento que está vencendo,

porque a medida a ser tomada, se possível legalmente, e é por

isso que havia um grupo trabalhando, é a simples prorrogação

desses prazos do chamamento, que resolveria o problema a

princípio. A segunda questão, que a senhora está colocando, é

de uma proposta que SEHAB já fez, que já está estruturada,

está pronta para ser apresentada, e queremos fazer um piloto

no começo do ano, que é a migração de alguns empreendimentos,

que estamos com dificuldade de financiamento no Faixa 1,

para o Faixa 1,5, para alguns movimentos que concordarem

com isso, para tentarmos aquele modelo de aporte direto no

CPF a pessoa, no financiamento. É parecido com o que estávamos

propondo na PPP. Sra. Luciana - Não podemos tratar esses

dois temas na próxima reunião da segunda-feira, então? Já se

passou um ano desses estudos. Vai vencer. O esforço da Secretaria

está na modelagem de novas formas de acesso à moradia,

sendo que já havia empreendimentos que estavam sendo encaminhados,

terrenos que estavam sendo viabilizados. E houve

um esforço grande da Secretaria de novas formas de provisão

habitacional, sendo que não conseguimos resolver o que já estava

em encaminhamento. E como este Conselho já começou,

no ano passado houve a posse, estamos tentando entender

como estão acontecendo essas mudanças, e o que conseguimos

de fato viabilizar. Sra. Verônica - Dia 18, a proposta do Secretário,

chamam-se todas as entidades, que não são mais do que

dez, que me lembre, do primeiro chamamento. E não vejo nada

contra que o Conselho estivesse junto. Só que é uma discussão

que trouxemos para o Conselho até porque não tínhamos nenhuma

proposta. Eu, por exemplo, fui desenquadrada do Minha

Casa Minha Vida 1 por conta do empreendimento São Francisco.

E cada entidade aqui também tem um problema. Por isso

que trouxemos para dentro do Conselho. Secretário, quero dizer

que marca-se dia 18, a COHAB chama todo mundo e chama as

pessoas do Conselho. Acho que não é proibido as pessoas do

Conselho participarem. Mas temos que ter uma decisão dia 18.

Sr. Fernando Chucre – É que continuo com a impressão de que

são problemas específicos; cada entidade foi desenquadrada

por um motivo diferente. E vai ter provavelmente um encaminhamento

diferente também. Há entidades que vamos conseguir

dar solução. Estou supondo, Verônica. Como disse, vamos

analisar uma a uma. É quase que um atendimento individual

para dar encaminhamento pela questão de prazo. O que foi colocado

pela Luciana, que concordo com ela, e que já foi apresentado

aqui (é que foi uma reunião em que eu não estava

presente), mas foi apresentada aqui, em linhas gerais, alguma

coisa sobre PPPs, sobre Locação Social, em uma reunião há uns

dois meses. E aí estou à disposição. E acho que podemos marcar,

se os senhores quiserem uma em janeiro para discutir política

habitacional; quais as propostas que estão sendo colocadas

objetivamente pela Prefeitura de São Paulo para discutir a falta

de financiamento do Minha Casa Minha Vida. As coisas estão

relacionadas de certa maneira, mas uma é proposta de política

pública, mais ampla, uma discussão mais de diretrizes dessa

administração com relação a isso; a outra é um problema muito

operacional e muito específico. Então, vou tentar compor os

dois encaminhamentos. Vamos fazer uma reunião dia 18, com

as entidades. E, como disse a Verônica, quem quiser participar

pode vir sem problema algum, no dia 18. Não vai ser obrigatória

a presença no sentido de uma convocação formal. Mas

quem quiser participar pode participar no dia 18. E marcamos

uma em janeiro. É hoje que temos uma nossa também, dos

movimentos. Hoje também fizemos uma convocação para os

movimentos para fazer uma discussão um pouco sobre isso.

Hoje é uma reunião informal, porque, dentro dessas soluções

possíveis que estamos falando, que é avançar no financiamento

do Faixa 1,5, Locação Social e PPP, algumas dessas soluções já

estão acontecendo. Não é um plano mais. Elas já estão se concretizando.

De alguma maneira, já foram garantidos recursos.

Vou dar o exemplo de Locação Social, das 440 unidades. Já não

é mais um plano. É uma coisa concreta; estamos fazendo projetos,

os prédios estão desapropriados. Já existe de fato uma ação

da prefeitura nesse sentido. E de 1,5, que queremos fazer um

piloto agora, no começo do ano. O Marsura está lá, o Reinaldo,

o Toledo, o pessoal da COHAB também, estão discutindo como

avançamos nos financiamentos de 1,5, com aquele reequilíbrio

do aporte do município no CPF da pessoa. Dependendo da pessoa,

dependendo da renda, é preciso um aporte diferente para

viabilizar o enquadramento dela no 1,5. E a PPP, de certa maneira

– está aqui o pessoal do Estado, estou vendo o Llata, estou

vendo o Molin – estávamos discutindo e já temos duas

propostas concretas para o Estado pré-aprovadas. Mas não

concretizadas, porque depende da aprovação dos respectivos

conselhos. Estou falando da área do centro, da Cracolândia, que

colocamos objetivamente a proposta de adesão no Lote 1, da

PPP do Centro, para a produção de 440 unidades na Quadra

37-38. E a outra proposta concreta, que já fiz para a sociedade

civil, especificamente, da Operação Urbana Água Branca, e já

conversamos até com o pessoal do Ministério Público e com a

Justiça também. Então, com uma tese de que temos de produzir

para, além das 728 unidades previstas naquela operação, com

recurso já depositado na conta da Operação Urbana, fazer também

as outras 728 via PPP. É uma proposta que temos discutido

especificamente com aquele Conselho da Operação Urbana e

está caminhando bem. Então, para não nos perdermos aqui

o foco, senão vou ficar falando um monte de coisas, vamos voltar

para a pauta. Faremos essa reunião dia 18, segunda-feira, e

marcaríamos outra no mesmo modo que estou fazendo hoje

com os movimentos para discutir política habitacional em geral.

Segunda-feira se pudesse pela manhã, seria ótimo, às 10h. Com

a convocação das entidades e já trazer de preferência encaminhamentos,

solução para cada um dos casos. Somente do Chamamento

1, que tem a questão de prazo colocada. Podemos

fazer a reunião na sala de reunião ao lado da minha sala, no

22º andar, na secretaria. Sra. Verônica - Secretário, daí o meu

pedido que já está no outro, que estou pedindo para passar

para 1,5, esse outro item, já entra no dia 18 também. Não é

isso, Ana? Sra. Ana Maluf - Acredito que sim. Ele não faz parte

do Chamamento 1? Sra. Verônica - Faz. Sra. Ana Maluf - E esse

outro item seguinte, solicitação de prorrogação de prazo de 24

meses nas cartas de anuência com encargo de fazer para as

entidades vencedoras do chamamento de 2015 e 2016. Sra.

Carmen - Não pode juntar na reunião de segunda-feira? Sr. Fernando

Chucre – Pode. A solução que for dada para o Chamamento

1 vale para o 2, para o 3, para todos os demais. Se for o

caso de prorrogação de prazo. Sr. João Bosco - Havia comentado

na reunião anterior da necessidade de ouvirmos o pessoal

do Chamamento 1, 2 e 3. O Chamamento 1 já será contemplado

agora, dia 18. Mas fica essa pendência, citada agora, dos

demais chamamentos, no termos de anuência, porque há vários

terrenos comprometidos; há uma dificuldade enorme. Já havia

sugerido, na reunião anterior, tratarmos disso como ponto de

pauta para discutir e ouvir as necessidades que essas entidades

têm com referência à renovação dos termos de anuência. Sra.

Fabiana - Secretário, dentro do bloco, acho que o último item ali

também está dentro da mesma temática. Sra. Ana Maluf - O último

bloco é, na realidade, quatro itens em um único só. É a

apresentação aos conselheiros do processo de aquisição e

transferência dos imóveis dos Editais nº 01, 02 e 03, de 2015, e

nº 01, de 2016, para as respectivas entidades vencedoras, bem

como a substituição de áreas inviáveis, proposta pela Conselheira

Mariza Dutra Alves e pelo Manoel dos Santos Almeida. Sr.

Fernando Chucre – Ana, estamos falando do mesmo pacote sim,

que são as medidas necessárias, junto às entidades, para poder

prorrogar prazo ou trocar terreno. Por isso digo que são casos

específicos. Nessa reunião do dia 18, vamos ter uma diretriz

com relação a encaminhamentos possíveis. Apresentamos o

conjunto, apresentamos depois como uma decisão da administração

de qual vai ser o procedimento nosso em cada um dos

casos. Acho que até vai ajudar. Na reunião do dia 18, vai dar

para vermos caso a caso e montarmos ali uma diretriz específica

para cada um deles. Acho que é o que o grupo de trabalho já

fez pelo que entendi, nesse último mês. Sra. Fabiana - A questão

dos chamamentos passou pelo Conselho, diretamente? Porque

decidir pontualmente alguns casos em uma reunião extraordinária,

qual é à força de legitimidade? É outro edital, é prorrogação

direta pelo secretário? Falo da coisa formal. É essa a minha

preocupação, de não ser referendado, ser uma decisão em conjunto,

com uma reunião específica. A preocupação é do Conselho

não ter essa intervenção e depois, enfim, ocorrer alguma

impugnação futura em relação a essa reunião específica. É isso

que queria saber. Se não há esse problema, juridicamente, ou

seja, é possível resolver sem a participação direta do Conselho?

Aí, tudo bem, resolvemos o caso pontual. Sr. Fernando Chucre –

Juridicamente, não pode haver questionamento, porque foi um

chamamento direto de COHAB com entidades. É uma operação

direta. Sra. Carmen - As áreas que foram para o chamamento

foram todas aprovadas aqui, no Conselho, para depois termos o

edital. Sr. Fernando Chucre – Então, independentemente da

reunião do dia 18, vamos ter que validar na próxima reunião do

Conselho as decisões. Sr. João Bosco - Até porque boa parte do

pessoal que vai à reunião do dia 18 já é de conselheiros. Sr.

Fernando Chucre – Mas o que a Fabiana disse, nesse aspecto,

ela tem razão. Para darmos validade e não haver questionamento.

É que há uma medida que acho que é urgente, que é o

primeiro chamamento, além dos demais chamamentos. Então,

vou voltar para a questão do encaminhamento. O encaminhamento

proposto é fazermos a reunião do dia 18, com quem

quiser estar presente, com as entidades e quem quiser dos conselheiros

estar presente e tomamos as decisões. Ela terá que ser

validada na próxima reunião do Conselho. A outra opção é chamar

uma reunião do Conselho inteiro para discutir caso a caso

dos chamamentos especialmente os de janeiro. São as duas opções

de encaminhamento que temos, se entendi direito. Sra.

Ana Maluf - Secretário queria lembrar a todos, e acho que a

Silvia, que está aqui presente pode se lembrar, que o que houve

com relação à apresentação de um dos editais junto ao Conselho,

aconteceu em 2014, para o Conselho da 5º Gestão do

CMH. Este é o Conselho da 6ª Gestão. Houve uma reunião onde

o João Abukater pediu para que a Silvia fizesse a apresentação

do que se previa acontecer em um edital desses de chamamento,

explicando para a população que tivesse interessada em

participar desse chamamento. Não me lembro de estar ali colocado

naquela reunião – e a Silvia pode confirmar isso – área

por área para o Conselho aprovar. Acho que houve uma explanação

dela do corpo desse edital. Silvia. Sra. Silvia - De fato, a

Ana Maria se lembrou de como foi o processo no Conselho. Foi

convocada uma reunião extraordinária do Conselho, exatamente

para fazermos essa exposição dos objetivos do edital, do que

havia no edital. Só que a formação do edital foi feita por um

grupo de trabalho do Conselho. A Verônica participou de algumas

reuniões, a Marisete, a Mariza, a Ivaniza também participaram,

e os critérios de seleção foram definidos nesse grupo de

trabalho. Posteriormente, depois da publicação dos três editais

e das homologações, todas as áreas vieram aqui, para o Conselho,

para serem vinculadas ao Programa Minha Casa Minha

Vida, como ligadas cada uma aos respectivos atos dos editais e

para aprovar a doação dessas áreas posteriormente às entidades,

para viabilizar os empreendimentos. Foi esse o processo

realizado aqui, no Conselho. Não é que foi tudo validado, aprovado

pelo Conselho, mas, como essas questões que serão discutidas

agora implicam em alterações, seria um fortalecimento

elas serem validadas pelo Conselho. Sr. Fernando Chucre – Faremos

uma reunião do Conselho no dia 18 ou fazemos um encaminhamento

da solução agora, urgente, do Chamamento 1, e

validamos na próxima reunião do Conselho? Sra. Verônica - Isso

que a Silvia disse é verdade. Estávamos em um grupo de demanda

e o pessoal chegou com a proposta de passar as áreas

para as entidades, na forma como ela disse. Então, foi discutido

no grupo de trabalho e depois veio ao Conselho. Agora, não sei

nem o que dizer por que nós, que somos movimento, só levamos

cacetada. E as pessoas têm que acompanhar mais o nosso

dia a dia. Hoje estamos com as áreas, Luciana e Fabiana, que

estamos pagando segurança nas áreas. Cada segurança de dia

custa R$1,4 mil. À noite, custa R$1,8 mil, correndo risco de ser

invadido. Queremos uma solução. Já estou há um ano com esse

terreno parado, esperando a solução que vai se dar. Já aprovamos

projeto aqui, dentro. E não podemos fazer o projeto porque

não temos o dinheiro do Minha Casa Minha Vida 1. E está ali,

na iminência. Eu proponho, Secretário, que façamos essa reunião

no dia 18, com todas as entidades sim, com a COHAB. E

que se tome a decisão que tem que tomar, encaminhar, e que

na próxima reunião do Conselho seja aprovado aqui, validado.

Porque nós, do Chamamento 1, não temos mais prazo. Já recebemos

documento que era para estar com o projeto andando e

estamos amarrados. Não é nossa culpa. Sr. Fernando Chucre –

Quem concorda com o encaminhamento da Verônica, permaneça

como está. (Pausa) Então fazemos dia 18 a reunião e validamos,

atendendo ao pedido da Luciana e da Fabiana. Validamos

e trazemos esse assunto de maneira mais estruturada na próxima

reunião do Conselho para que fique, entre aspas, valendo

como diretriz para os próximos chamamentos, para problemas

similares que possamos ter. Sra. Luciana - A princípio, era para

discutir hoje, Secretário, ou na reunião anterior. Sr. Fernando

Chucre – Estava até perguntando aqui porque eu havia entendido

que esse assunto era para hoje. Foi falha nossa, Luciana. E

não falha da equipe. Falha minha e do Edson, que ficamos de

validar para poder ser apresentado no Conselho e não validamos.

Então, foi isso. Os senhores sabem que houve uma mudança

na SEHAB, tivemos a saída de Secretário Adjunto, de vários

coordenadores. Mas na próxima reunião faremos isso com

tranquilidade. Sra. Luciana - Secretário, Verônica, definitivamente,

estamos aqui para ver a diminuição das desigualdades territoriais

e a diminuição do déficit habitacional, déficit qualitativo,

quantitativo, de infraestrutura, etc. O que acho é que temos que

aproveitar esse esforço coletivo do setor público, de tantos funcionários

públicos e também da sociedade civil nessas reuniões

em que conseguimos juntar tanta gente para poder deliberar. Se

ficarmos aqui discutindo só as grandes diretrizes também, estudamos

isso na universidade, que a implementação das políticas

pode ser muito diferente das diretrizes da política. Então, se não

discutimos a implementação no Conselho, como de fato vai ser

dado o chamamento, como vamos escolher os terrenos, quais

são os terrenos que vamos priorizar; na Comissão Executiva, o

dinheiro do Fundo vai para que, vai para recursos para um programa

de habitação para funcionários públicos, como um projeto

de lei da câmara municipal, que foi aprovado com esse teor,

ou vai para a priorização que formos dar ou já demos, nas diversas

gestões do Conselho Municipal? Se usamos um plano de

habitação só para discutir as grandes diretrizes, não adianta

muita coisa. Só queria deixar registrado que nosso esforço é

justamente para usar este espaço para deliberarmos e construímos

a solução de fato e não só para discutir as grandes diretrizes,

se é melhor fazer habitação pelo mercado, pelo Estado.

Isso, já superamos. Já estamos em outro momento da discussão

da política. Então, tem que discutir implementação da política e

o espaço do Conselho deve ser para isso. Sra. Ana Maluf - Depois

de englobados esses quatro pontos, foi o primeiro, o terceiro,

o quarto e o último, temos o segundo assunto apontado na

relação de pendências de pauta que é o Programa de Locação

Social, a ser apresentado aos conselheiros em uma data a ser

fixada pela administração. Sr. Fernando Chucre – Podemos marcar

essa data já na primeira reunião do Conselho do ano que

vem, se os senhores concordarem, e fazemos a apresentação já

detalhada do Programa de Locação Social. Por mim, não há

problema algum. Marcamos para a primeira reunião? (Pausa) Já

fica, então, como um dos assuntos da pauta da primeira reunião

de 2018 a apresentação por SEHAB e COHAB do Programa

de Locação Social. E há um trabalho bacana que foi feito também.

Temos feito várias reuniões para discutir essa questão do

Locação, em casos específicos, e uma coisa que foi feita por

essa gestão, que foi um trabalho feito pela equipe de ATPP, estou

vendo a Cris aqui, o Guilherme, a garotada da ATPP, Mariana,

que fizeram um trabalho muito interessante. É a primeira

vez que temos um mapa detalhado de quanto custa o Programa

de Locação Social da Prefeitura de São Paulo, do que foi

feito ao longo dos últimos anos, investimentos das mais diversas

ordens e também o custo para o município, mês a mês, do

programa. Isso valeria a pena depois virar um boletim técnico,

um documento que pudesse ser publicado, disponibilizado para

todo mundo, que é uma coisa interessante. Tive a oportunidade

de dizer aos senhores, quando entrei aqui, uma pergunta que

sempre fazíamos: quanto custa o Programa de Locação Social

do Município de São Paulo por cada família? Isso é uma informação

interessante que teremos oportunidade de demonstrar

aos senhores o que deu certo e o que deu errado no Programa

de Locação do município até a presente data. É uma boa referência

para tentarmos cometer menos erros nos próximos empreendimentos.

Vamos ver se dará certo. Podemos apresentar

rapidamente aos senhores o diagnóstico na próxima reunião.

Acho interessante. Sra. Ana Maluf - O outro assunto, Secretário,

foi uma solicitação feita pela Conselheira Fabiana para que fosse

apresentado aos conselheiros o estágio atual dos programas

habitacionais, as obras, a regularização fundiária, em números e

o que será previsto para 2018. Já foi dada uma informação à

conselheira de que esse material, essa solicitação, foi encaminhada

para DEPLAN, a Cristina Dutra está trabalhando sobre

isso e a data prevista para a apresentação desse material é

também na primeira reunião do Conselho em 2018. Sr. Fernando

Chucre – Podemos fazer isso na mesma reunião, fazemos as

duas apresentações. Não há problema algum para nós. Então,

também inserção na pauta da primeira reunião de 2018 desse

item. Sr. João Bosco - Gostaria de reiterar meu comentário com

referência a ouvirmos o pessoal do chamamento que estão com

problemas em seus terrenos. Seria interessante ouvir. Há vários

comprometidos, que não dá para construir, têm problemas de

ocupação, de reintegração. Então, para reavaliarmos essa situação.

Sr. Fernando Chucre – Todos os empreendimentos selecionados

esse ano, que foi por volta de oito mil, estou arredondando

o número, selecionados pelo Minha Casa Minha Vida-FAR,

vinculado à PAC, todos os que estavam ocupados, conseguimos,

com o Grupo de Mediação de Conflitos, a desocupação voluntária

desses terrenos, tanto que todos assinamos agora o contrato

de mais 1.900. Achamos um caminho, que é esse Grupo de Mediação

de Conflitos, que está funcionando bem. E o acordo que

tenho com os senhores, com relação a isso, é o mesmo que temos

com relação a pagamento dos terrenos. Selecionou, a prefeitura

paga imediatamente, e entra com o Grupo de Mediação,

caso seja necessário, para viabilizar a contratação dentro do

prazo. Foi um caso que tivemos esse ano, que considero de sucesso,

porque tivemos êxito no sentido de viabilizar a assinatura

dos contratos dos empreendimentos enquadrados. Sr. João

Bosco - Muito bom. Mas continuo achando que precisamos ouvir

as pessoas. Conheço alguns casos que estão dando dor de

cabeça para as pessoas. Sra. Carmen - Secretário permita-me,

por gentileza, gostaria de ressaltar aqui, neste Conselho, sobre

os lotes do Forte do Rio Branco, que falta a complementação do

pagamento, e já está aprovado pelo FUNDURB, e também aprovado

aqui, neste Conselho. Forte do Rio Branco, lotes 1, 2 e 3.

Sr. Fernando Chucre – Já está liberado o recurso. É para o começo

de 2018. Já está no nosso plano de investimentos do FUNDURB,

para o começo de 2018. Sra. Laisa - Só gostaria de fazer

uma complementação, se possível, nesse ponto de pauta, para

a próxima reunião, pertinente à apresentação dos programas

habitacionais em curso, que houvesse uma apresentação detalhada

dessas duas propostas de projetos dentro da PPP, que o

senhor comentou, que está pré-aprovada, junto ao Governo do

Estado. Sr. Fernando Chucre – Deixe-me ser mais claro. Consultamos

o Governo do Estado se, caso houvesse a anuência dos

respectivos conselhos, eles poderiam ser inseridos. Então, o Estado

respondeu positivamente, acenou que, se houver aprovação,

eles receberiam isso, e já estávamos discutindo com os

conselhos a forma de enquadramento daquelas famílias na política

do município, sobre o ponto de vista de prestação, para

que não houvesse ônus excessivo no valor da prestação daquelas

unidades dessas famílias. Há sim uma operação. Podemos

apresentar isso, sem problema algum. Hoje é um pouco a pauta

da reunião que vamos ter com os movimentos, em uma prévia,

porque está havendo questionamento. Não é uma maneira de

enfraquecer o Conselho. É que temos demandas individuais que

são constantes. Há pessoas que perguntam por que estamos

fazendo, como estamos fazendo. E já tivemos oportunidade de

apresentar em vários seminários que foram promovidos pelos

movimentos, em audiências públicas e nos próprios conselhos

específicos e aí solicitamos essa reunião para dar uma nivelada

nessa informação e em fevereiro trazemos isso. Não há problema

algum. Podemos apresentar para os senhores nessa reunião

do Conselho. Podemos não. Devemos e vamos apresentar. Sra.

Carmen - Há ainda a proposta das entidades e muita discussão.

É muito amplo. Nós, entidades, quando aderimos e fomos contemplados

no edital, toda a despesa de assessoria técnica, de

laudos, é da entidade. Se migrarmos para 1,5, com a proposta

que está aí, como vai ficar isso? Há também uma rescisão de

contrato das construtoras. Firmamos contrato. A rescisão é muito

alta. Então, tem que haver uma complexidade muito maior

nessa discussão. Sra. Uranide - Primeiro, gostaria de colocar que

eu era suplente de um companheiro nosso que faleceu há mais

de quinze dias, Seu Nestor, e estou hoje pela primeira vez assumindo

como titular. Foi um companheiro que lutou muito, tem

uma história fundamental na moradia, na Zona Sul, e a sociedade

civil, toda a nossa luta, tivemos uma perda muito grande

com o falecimento do Seu Nestor. Gostaria de registrar isso aqui

e também dar uma sugestão de pauta, porque sei que, se o Seu

Nestor estivesse aqui, ele daria. É para a primeira reunião de

janeiro, Secretário, o senhor também tentar fazer um levantamento

de áreas, porque para todas as entidades de chamamento,

chamamento 2015, que seja, o tempo acaba sendo curto, de

qualquer forma, porque há alguma situações que o processo

pode engolir. Há processos que a área foi paga, mas existe um

processo que está tramitando em Brasília e quando isso vai se

resolver? Estamos em uma situação muito delicada, acho que

para todo mundo, independentemente de o prazo vencer em

março ou em janeiro. Mas há outras áreas, todo mundo sabe: a

área foi paga, está paga, e existe um processo que pode expirar

essa carta de anuência. Então, minha sugestão para a próxima

reunião de janeiro é que trouxesse um pouco dessas informações

para essas áreas que estão nessa situação, por favor. Sr.

Fernando Chucre – Registrado, COHAB. Para termos um mapa

geral não só do primeiro chamamento, mas o que há de pendência.

Isso é tranquilo de fazer. Estão me dizendo que esse

material já está meio organizado, só está dependendo de apresentarem

para o secretario e para o presidente da COHAB e já

têm condições de trazer para a próxima reunião. Sra. Ana Maluf

- O próximo ponto de pauta foi à solicitação das Conselheiras

Antônia Lindinalva do Nascimento e Eliete Calisto da Cruz para

que fosse criado um grupo de trabalho para acompanhar o

conflito do imóvel da Rua São João, nº 588, e recomendar sua

desapropriação e a inclusão do mesmo no Plano de Investimentos

do FUNDURB. Sr. Fernando Chucre – Isso já está solucionado.

Já tive a oportunidade de conversar com algumas lideranças.

Elas nos procuraram, fizeram uma reunião recentemente

conosco. Já colocamos no Plano de Investimentos. Era uma decisão

já da secretaria. Os movimentos também vieram nos procurar.

Então, isso está resolvido, está em nosso Plano de Investimentos

de 2017 ainda. Está aguardando a publicação do DIS,

com as alterações. Dá para fazer até o dia 19? Porque é importante

fazer até o dia 19. Sra. Silvia - Acabou de chegar a publicação

no Diário Oficial da retificação do número da planta DIS,

que era isso que tinha que corrigir e já foi corrigido. Já está publicado.

Sra. Juliana -Após a publicação do DIS, temos que fazer

o processo para entrar com ação. Só pagamos depois que entra

com ação. Podemos até entrar com ação, providenciar. Para este

ano, achamos que não vai dar para pagar, porque temos que

correr. Estamos entrando com as ações, da Cracolândia, algumas;

são quarenta processos. Mas o recurso do FUNDURB está

reservado, 2017. Sra. Antônia - Na verdade, apesar de toda essa

movimentação e de sete anos de batalha para conquistar esse

prédio para as famílias, no prédio já havia sido decretado DIS,

no ano passado, e em outros anos também, mas houve um erro

em uma numeração e o DIS não ficou válido. Agora, está resolvido

isso. Também já havíamos conversado, no ano passado

também, para desapropriar, porém, houve uma conversa, uma

negociação para comprar, mas houve uma discordância do proprietário,

que também conversamos sobre isso na época. Nessa

gestão, então, continuamos com a negociação, e a gestão entendeu,

tinha por obrigação, já fazer cumprir aquilo que estava

determinado, que é desapropriar a ocupação e garantir a moradia

para aquelas famílias também. Fiquei triste agora porque

achei que ia dar para ser ainda este ano, porque estamos com

reintegração de posse. É a oitava. Então, vamos ter que esperar

para o ano que vem e vai ter que se criar o grupo, então, para o

conflito da São João. Porque estava precisando dessa confirmação

hoje para poder ir ao fórum e tentar barrar a reintegração e

resolver as coisas como deveriam ser resolvidas e devem ser

resolvidas. Com essa informação agora, que não dá para ser

este ano, o conflito vai continuar. Sr. Fernando Chucre – Deixe-

-me fazer uma pergunta. Não temos uma reunião marcada com

o grupo, para tratar desse assunto? Sra. Antônia - Amanhã. Sr.

Fernando Chucre – Porque tomamos a decisão de reservar, inclusive,

recursos neste ano; o recurso está para este ano já disponível.

Remanejamos e deixamos para este ano, porque havíamos

recebido a informação do risco iminente de reintegração

daquele imóvel. Pelo período que está chegando agora, temos

que fazer essa avaliação mais claramente, estamos no dia 12 de

dezembro, acho que não há mais o risco. O Judiciário entra

agora em recesso, dia 19. Acho que temos condições de fazer

isso no começo do ano. Agora, tem que monitorar. É o que a

senhora disse, podemos colocar o grupo monitorando, como já

faz, no seu caso e nos outros casos que são mais urgentes.

Costumamos monitorar isso diariamente. Estou avaliando essa

última informação que eu tive, que não corremos risco este ano.

Estão me passando a posição aqui que corre só no ano que

vem, com a volta do recesso. Deixamos o nosso material pronto

e se entra com a ação. Sra. Juliana - O próprio DIS que saiu

agora com o número da planta correto já caracteriza que já

está valendo. Sr. Fernando Chucre – Esse artifício, vamos dizer

assim, já foi tomado outras vezes por outras administrações no

sentido de postergar a reintegração. E, como está em segunda

instância, pode ser que o juiz simplesmente marque a reintegração

e marque data para a reintegração. É um risco que corremos

especificamente nesse caso. Não é o caso, não serve para

todos, mas no caso deles, tínhamos levantado esse risco de, de

fato, haver uma decisão e depois termos dificuldade para reverter.

E aqui não está sendo feito como uma maneira de evitar a

reintegração. É uma decisão da gestão de fazer a aquisição do

imóvel com dinheiro reservado para isso. Sra. Antônia - É isso

mesmo. No mais, agradeço toda a compreensão dos conselheiros,

dos movimentos que estiveram conosco nessa batalha.

Quero agradecer ao Secretário, que estava sempre nos recebendo,

para tratar desse conflito. Confirmo aqui isso. E quero dizer

que estamos felizes. Vieram aqui algumas famílias da ocupação

para agradecer toda essa movimentação da secretaria de fazer

valer o direito delas. E agradecer a todos a compreensão. Estamos

juntos, vamos tentar solucionar os casos pendentes. A

questão da companheira aqui é grave. Temos que nos reunir sim

para resolver. A anuência também, que foi pedido, que vamos

ter oportunidade de resolver agora as demandas das associações,

que podem vencer. Então, a secretaria, esse secretário que

está conosco agora, sempre senta para tentar solucionar os

problemas, principalmente, das associações, de tudo que foi

deixado da gestão passada em aberto. E ficamos agora contentes

com toda essa movimentação e a tentativa de solucionar

nossos problemas. Isso é válido. E todo o Colegiado que está

presente, os conselheiros, agradecemos todo o empenho e por

tudo que conseguimos conquistar aqui, junto a esse grupo. O

pessoal está emocionado aqui e quer agradecer todo o trabalho

e empenho dessa conquista árdua que passamos durante esses

últimos sete anos. Sra. Verônica – Secretário, quando ela falou

da reintegração de posse, já vivi muitas reintegrações de posse

no dia 24 de dezembro, que não foi brincadeira. Essa mesma

situação. Então, quero propor ao Secretário, junto com o decreto

de desapropriação do DIS, o senhor fazer um ofício e juntar

no processo de reintegração. Com isso, tenho certeza de que

barra a reintegração, que não vai se reintegrar o pessoal no dia

24 de dezembro. É uma proposta. Sr. Fernando Chucre – Estamos

monitorando isso. Acho que temos que monitorar para não

corrermos o risco. Estamos acompanhando. Vamos montar uma

estratégia amanhã para que isso não aconteça agora. Sra. Verônica

- Só queria concluir e queria que minha proposta fosse

acatada na questão da reintegração de posse da São João. Que

o Secretário, junto com o Decreto de Interesse Social, faça um

ofício e encaminhe para o juiz. Essa é a minha proposta. E que

ele não despeje as pessoas até que a prefeitura resolva o problema

da compra do prédio. Sra. Juliana - É uma proposta que

acho interessante mesmo, como o DIS saiu ontem. Sra. Silvia -

Como vai haver a reunião com o secretário, elas levam essa

proposta para a reunião, se discute especificamente o caso e

veem qual a melhor forma de atuar junto ao juiz, ao processo,

para não haver a reintegração. Sra. Verônica - Só que não estou

nessa reunião. Sra. Ana Maluf - Mas elas levam, Verônica. Sra.

Antônia - É que, na verdade, foi sim agendada essa reunião com

essa proposta também de já anexar alguns documentos que

confirmem a legalização do decreto e para procurarmos o juiz

para tentar barrar a reintegração. Acho que vamos conseguir,

mas depende muito também do entendimento do juiz. Apesar

que o recesso acontece agora. Ficamos na esperança de no ano

que vem estarmos mais preparados para uma melhor defesa,

Verônica. Obrigada pela sua preocupação. Amanhã trabalharemos

melhor essa situação na reunião. Sra. Juliana - Passaremos

o número do DIS. Sra. Luciana - Mas eu gostaria de reforçar a

proposta da Verônica e apoiar aqui o Conselho, caso fique decidido

o melhor encaminhamento judicial, para evitar a reintegração,

enquanto não houver uma decisão definitiva, para as famílias

e para a compra do terreno, que o Conselho aprove essa

solicitação da Verônica, essa sugestão, de colocar uma carta

junto no processo. Sra. Juliana - Como essa reunião já está

marcada com o secretário e com eles para amanhã, esse assunto,

já fechamos amanhã. Sra. Luciana - Se precisarem da força

do Conselho, como uma sugestão, quero me colocar como conselheira

concordando com a sugestão da Verônica caso isso

fortaleça o pedido junto ao juiz. Sr. Rosalvo - Quero pedir desculpas

porque cheguei atrasado e não acompanhei o debate.

Então, pode ser que isso já tenha sido discutido e definido aqui

pelo grupo. Temos do chamamento alguns DIS que não foram

pagos por não ter dinheiro. Temos também a Resolução nº 17,

que trata dessas questões de ocupação. A minha proposta é

que não se pague ninguém antes de pagar os outros que estão

no programa. Porque, com relação ao processo de invadir para

passar na frente, estamos terminantemente contrários. Então,

não haverá unanimidade, se esse for o caminho. É grave a situação

de despejo e tal, mas, quando as pessoas ocupam, já sabem

que estão ocupando, e que pode vir uma reintegração de

posse. Aí é normal. Temos um programa de habitação que está

andando; temos uma série de declaração de interesse social de

áreas que a COHAB e a secretaria dizem que não pagaram a

desapropriação porque não têm dinheiro para pagar. Não é justo

que apareça um DIS nascido hoje e que o paguem antes do

anterior. Só estou aqui ponderando para que avaliemos e aprofundemos

melhor essa discussão. Bom que essa situação esteja

no fim do ano e talvez haja espaço para isso. Pena que o Chucre

não tenha ouvido o que eu disse. Sra. Sheila - Venho fazer

referência à fala do companheiro e venho dizer a ele que não é

um DIS de hoje, nem de ontem e nem do ano passado. Estamos

há sete anos. Estou há dez anos em cadastro. Sr. Rosalvo - O DIS

é de sete anos? Sra. Sheila - Isso. Sra. Antônia - Dê-me licença,

Rosalvo. O senhor chegou atrasado e o senhor não sabe do que

se trata. Esse imóvel já foi ganho no chamamento. A entidade

ganhou o imóvel. O problema é que, como todos os outros

imóveis, o governo não conseguiu desapropriar, que é o impasse

da maioria aqui. Não estou aqui dizendo que tem que comprar.

Estou dizendo para se cumprir o que é lei. Ganhamos no

chamamento. A associação ganhou. Saiu o Decreto de Interesse

Social para esse prédio. Então é bom respeitar porque aqui não

é qualquer movimento. Aqui é movimento sério. Quando eu

chego aqui e digo que há o chamamento, o que é obrigação de

comprar, não estou brincando de movimento. O senhor respeite

aqui a nossa luta. Independentemente de ter entrado no chamamento

ou não, uma luta de sete anos é uma luta. E, se há

uma luta, há de ter uma conquista. Agora, nesse caso houve

chamamento, a entidade ganhou. Não estamos aqui dizendo:

“Por favor, façam isso”. Estamos pedindo para se cumprir a lei.

Sr. Rosalvo - Então, está superado. Se houve um chamamento e

foi junto com os outros, está superado. Sra. Antônia - O senhor

respeite e não fale mal de movimento mais aqui dentro que não

vamos aceitar. Sr. Fernando Chucre – Estamos tratando de um

caso específico. Não vamos polemizar um assunto que não é

polêmico. É um caso que está claro. Naquele caso foi feito chamamento.

Esse caso já tem várias questões, como, por exemplo,

foi feito o chamamento e tem uma decisão judicial também garantindo

atendimento, senão lá, em outros locais para as famílias.

É um caso específico, Rosalvo. Entendi o que o senhor disse

também. Sr. Rosalvo - Eu fiz uma pergunta por que queria saber

se isso é do DIS, era do chamamento, ou se era um DIS posterior.

Bastava dizer que era do chamamento e acabou a discussão.

O discurso e as palmas fazem parte. Sra. Edinalva - O senhor

fez uma acusação e tem que respeitar os movimentos de

moradia. Sr. Rosalvo - Desafio qualquer um aqui que tenha mais

tempo de história de movimento e com conquistas do que eu. O

nosso movimento começou em 1984. Apresente-se um que seja

anterior. O que é isso? Respeito todos os movimentos. O que

não quero é que quem não tenha assento nesta mesa fique

para trás porque não conseguiu. Temos a Resolução nº 17 e vamos

exigir que seja cumprida. É uma resolução deste Conselho

e democraticamente vamos exigir que ela seja cumprida e, no

caso do DIS, essa pauta passou pelo chamamento normal. Acabou

a discussão. Respeitemos não só os que estão nesta mesa,

mas os que não estão também. Sr. Fernando Chucre – Próximo

item da pauta. Acho que está superada aqui a questão. Todos os

movimentos têm voz. Vamos ter paciência e seguir em frente.

Sra. Ana Maluf - Próximo item da pauta. Outra solicitação que

foi feita, secretário, é uma apresentação aos conselheiros da situação

de regularização fundiária dos mutirões do Fundo Municipal

de Habitação e a perspectiva de regularização. Essa solicitação

foi feita pela Conselheira Mariza Dutra Alves e Manoel

dos Santos Almeida. Eu poderia lembrar que esse pedido dessa

pauta foi encaminhado à COHAB para providenciar uma apresentação

aos conselheiros sobre a situação de regularização de

cada um desses empreendimentos. E a Juliana estaria coordenando,

junto à Diretoria de Planejamento e junto à Diretoria

Técnica, para fazer uma apresentação sobre esse assunto para

o ano que vem. Sr. Fernando Chucre – Para não acumular três

apresentações na primeira, podemos fazer isso na segunda reu-

nião do ano? (Pausa) Já fica pautado para a segunda reunião

do ano. Porque três apresentações na primeira reunião do ano

acho que vai ficar pesado demais. Sr. Manoel - Secretário, tudo

bem. Até concordo para deixar para a próxima. Mas, gostaria

que acrescentasse não só a questão dos mutirões, mas também

a questão da regularização fundiária das áreas das favelas, que

receberam documentos e até agora não sabemos como está o

andamento dessas áreas que receberam já os documentos. Então,

gostaríamos também que, nessa apresentação, se acrescentasse

alguma coisa sobre a questão das favelas. Sr. Fernando

Chucre – CRF e COHAB. SEHAB e COHAB vão trabalhar na

apresentação de regularização. Item 5 e 7 da pauta. Rosalvo. Sr.

Rosalvo - Tenho um comentário. Que sejam todos os empreendimentos

que estão no processo de regularização, os que são

passíveis de iniciar, os que já iniciaram e o andamento. Que não

seja apenas uma informação de determinados empreendimentos.

Por exemplo, tenho o Jardim Jaqueline para propor que

também entre. Então, que, ao fazer essa apresentação, nos dê

um quadro completo do processo. Sr. Fernando Chucre – Perfeito.

Inclusive, Rosalvo, foram feitas diversas oficinas agora, recentemente,

entre CRF e COHAB, por conta das metas especialmente,

e temos isso muito bem organizado. Dá para nós,

inclusive, dar nome e sobrenome ao que está acontecendo,

quando vai acontecer, previsão. Temos isso bem organizado.

Acho que é importante mostrar para todos os conselheiros. Fica

para a segunda reunião do ano que vem. Todos concordam?

(Pausa) Sim. Sra. Verônica - Secretário, quero que seja na segunda

reunião porque essa pauta aqui já foi pedida no começo das

reuniões. E daí foram-se atropelando as pautas e essa pauta foi

ficando para trás. Eu, por exemplo, fiz parte do grupo, das discussões

de mutirão, de regularização, e daí votamos, fizemos

tudo, e até agora não sabemos se resolveu aquelas resoluções

que fizemos, que aprovamos, que foi uma briga danada na gestão

passada, se andou, se foi bom. Então, que não passe da segunda

reunião, secretário. Faz tempo que está na pauta isso. Sr.

Fernando Chucre – Não me lembro desse ano ter sido colocado

na pauta isso, Verônica. Não participei de todas as reuniões este

ano. Pode ser que tenha sido alguma em que não estava presente.

Sra. Verônica - Faz tempo. Vai passando, vai passando e

vai juntando. Sr. Fernando Chucre – Mas, deixando registrado, já

deixamos na ata e já deixamos na pauta agendada para a segunda

reunião, para não haver risco de ser remarcado. Sra. Ana

Maluf - Secretário, aqui se esgota e voltamos para o ponto de

pauta que tínhamos sobre o pedido feito a respeito do seguro.

Item 4 da pauta. Foi a solicitação feita pela Mariza sobre os

contratos de adesão de seguros, anexos aos contratos de financiamento,

em razão de negativas de cobertura do sinistro, em

caso de morte ou invalidez. Acredito, Mariza, que deva ter

acontecido algum fato real. Talvez seria o caso de a senhora

colocar aqui. Sra. Mariza - Desculpem meu atraso. Mas estava

em outra reunião. Fiquei preocupada com essa questão por

causa de uma família nossa. Para resgatar bem rapidamente

como foi a nossa história do Unidos, em 2013, estávamos solicitando

para ter liberação do aditivo para finalizar a obra. Conseguimos,

quase em outubro de 2016, a primeira parcela do aditivo,

porque foi parcelado em duas vezes. E agora foi liberado o

restante do aditivo. Porém, quando houve a assinatura do termo

do aditivo tivemos algumas reuniões, o pessoal da comercialização,

a Márcia, que era na época, que estava na comercialização

foi ao nosso empreendimento, assinamos o contrato de aditivo.

Era o outro secretário de habitação, e o João Abukater. Ficamos

muito preocupados com as nossas famílias porque estamos ficando

velhos. Estou com cinquenta e três anos. Assinei o contrato,

em 1999. Em 2003 começamos o mutirão. Muitas coisas

aconteceram, a obra demorou para finalizar por vários problemas

que não quero aqui citar, que não convém. E aí havíamos

feito um acordo, a comercialização, que, quando recebêssemos

a primeira parcela do aditivo, iríamos conversar com nossas famílias

para começarmos a fazer também o tramite de comercialização,

ou seja, recebíamos a primeira parcela e já preparávamos

a listagem de demanda, documentação, para ir preparando

essa parte de comercialização. E respeitamos essa decisão,

aprovamos em assembleia. E já comecei, enquanto coordenação,

a preparar demanda e mandar para a comercialização. As

famílias foram assinando o contrato. E fiquei muito preocupada

e assustada porque temos, no nosso contrato, uma parte lá do

seguro. Temos dois tipos de seguro, uma que é de morte, invalidez

e outro é sinistro do imóvel. E aí existe lá um questionário

onde pergunta-se se tem problema de pressão. Quem não tinha

hoje tem. Jamais iria orientar as famílias a omitir as informações.

Então, todas disseram se tinham problemas de pressão, de

coluna. E ninguém prevê quando irá falecer. E aí a família assinou

o contrato e, quando foi no final de agosto, o marido faleceu.

Eu estava na linha de frente, quando o casal foi assinar o

contrato e assinar aquele termo de seguro. A COHAB pediu para

só colocar no nome do Mauro porque a Marlene, que era a esposa

dele, não tinha renda, ou seja, automaticamente, ela,

como esposa, tem direitos, mas não entrou porque ela não tem

renda. Quando ele faleceu, a família veio me procurar e disse:

“Mariza, a senhora disse que quando viesse assinar o contrato,

era bom assinar o contrato por questão de segurança; se acontecesse

alguma coisa, a família estaria assegurada. E aí a COHAB

está me cobrando o pagamento da prestação”. Pensei: enquanto

associação, vamos fazer um pedido para COHAB

averiguar. Achava que não iria cobrar dela porque ela não havia

entrado como renda. Eles tinham contratado um advogado e

ele estava mexendo nos papeis. Coincidentemente, há quinze

dias, ela foi em casa e disse que o seguro rejeitou a solicitação

de quitação e aí pediu para ela continuar pagando as prestações.

Ela está pagando as prestações. Mas aí pensei que há coisa

contraditória porque, se ela não podia entrar na época com

ele, porque ela não tinha renda, agora, no falecimento dele, ela

tem que pagar. E como ela vai pagar? Ela não tem renda. E aí

veio um comunicado da COHAB pedindo, para elaboração do

instrumento de aditamento, solicitando o comparecimento –

ainda está no nome do Mauro – para ser apresentado. Ela tem

que comparecer com RG e CPF para identificação, e com cópia

de comprovação de renda. A Marlene não trabalha, não tem

renda. Ela está viúva. Fiquei muito preocupada e assustada

porque pedi muito sigilo, pedi a ela que não falasse isso para

nenhuma família porque eu corro o risco de ser, linchada não,

mas de as famílias fazerem muitas críticas sobre a minha pessoa,

porque eu fui de pressionar para que todo mundo assinasse

o contrato, para ficarmos assegurados. E nenhuma família

omitiu a questão da situação delas. Elas falaram que tinham

problemas de pressão. E ele morreu de AVC. Ele não estava

afastado. Ele colocou que tinha pressão alta. Ele tomava remédio

de pressão alta, mas teve morte por AVC e depois morte

cerebral. Fiquei muito preocupada. É uma situação que diz respeito

a várias famílias que assinaram o contrato, Unidos, Paulo

Freire. A Cris do Paulo Freire está assustada. Ela disse: “Mariza,

se essa situação chegar no Paulo Freira, pagamos dois seguros.

Então, o que vamos fazer? Não vamos mais pagar o seguro”.

Então, enquanto Conselho Municipal de Habitação, vamos pensar

aqui em uma proposta de cortar o seguro, o seguro de morte

e invalidez, como acontece no Programa Minha Casa Minha

Vida. Estou muito preocupada e por isso trouxe esse assunto

aqui para todos aqui pensarem, a COHAB principalmente, no

que vamos fazer com essa família e com os demais que possa

acontecer. Sr. Daniel - A COHAB atua como intermediária, em

relação à seguradora. Ela contrata uma seguradora de mercado,

como qualquer banco contrata, que financia. E ela faz essa in-

termediação, quando acontece o sinistro, com o mutuário e com

a seguradora. Essa proposta que é assinada junto com o contrato

de financiamento é padrão e é obrigatória por todo o financiamento

habitacional. Ela é regra até para garantir o financiamento.

Nessa proposta, há essas condições que a pessoa tem

que declarar e não pode omitir. Como a senhora informou, a

orientação é nunca omitir uma informação ali. Aí tem que avaliar

esse caso pontualmente para ver o que aconteceu, porque o

que a apólice de seguro estabelece é que, se o beneficiário ou o

mutuário omitiu essa informação e já sabia que ele tinha uma

doença e na causa da morte for comprovada posteriormente

que o motivo foi aquele que ele omitiu, aí há caso de exclusão.

Não é o caso que a senhora está me falando agora. A senhora

disse que foi declarado. Então, esse caso, teria que pegar pontualmente

para avaliarmos o que aconteceu e de repente entrar

com recurso na seguradora. Então, vamos anotar os casos. Pelo

menos até mim não chegou esse caso específico. Só vem o voto

generalizado. Então, vamos anotar o caso e verificarmos. Se for

o caso, a seguradora realiza perícia médica, faz avaliação do

histórico do prontuário médico, para validar mesmo o que pode

ter acontecido. Mas a regra geral é não omitir a informação

porque não será excluído. Sra. Ana Maluf - Mas, Daniel, do jeito

que a Mariza está colocando, a pessoa assina lá atrás um contrato,

adere ao seguro, e passam-se os anos. Lógico que, de alguma

coisa, a pessoa vai vir a falecer. E ela não é obrigada

nem, a saber, que tem pressão alta porque a maioria da população

tem e nem sabe. Então, acredito que, em cada caso que seja

recusado a cobertura do seguro, cabe sim a quem está intermediando

a operação, no caso, a COHAB, ir atrás da seguradora e

não só da seguradora, mas pegar esse tipo de informação com

a família do falecido e lutar junto à seguradora para que isso

seja solucionado o mais rápido possível. A COHAB deve ter lá,

em um banco de dados, o nível de ocorrências em que isso vem

acontecendo, porque a seguradora pode ter o papel de sempre

estar rejeitando, não querendo dar a cobertura, mas não é porque

a esposa não fazia parte da composição de renda que ela

não tem esse direito. Quem tinha esse direito é quem faleceu,

de ter seu imóvel quitado, e não ter mais nenhuma despesa e

isso ficar para a família. Sr. Daniel – Dirige-se à Conselheira

Mariza e pede: “Depois a senhora me passa o número do contrato

que iremos avaliar”. Sr. João Bosco - Senão, qual é a importância

de pagar o seguro? Para quê? Se isso ocorreu nesse

caso e se há uma frequência de ocorrências dessa natureza, por

que pagar o seguro? Teria que ser feito esse questionamento

tanto jurídico quanto da parte da própria COHAB. Sr. Daniel - Só

complementando e respondendo à dúvida que a Ana levantou,

de fato, ninguém é obrigado a saber que vai desenvolver uma

doença que vai causar a morte. O que o seguro exclui da cobertura

é, se a pessoa já tinha conhecimento da doença, ou seja, já

está no prontuário médico dela que ela sofria de alguma doença,

que ela não declarou quando ela aderiu ao contrato. Quando

eles avaliam, vão atrás de junta médica, essas coisas, e, se já

havia lá atrás, quando assinou o contrato, a informação de que

a pessoa já tinha ciência da doença, isso exclui, porque ela

mentiu ou omitiu referente a essa informação no momento da

assinatura do contrato. Mas, se ela não sabia, não é caso de

exclusão. Sra. Mariza - Certo. Só estou muito preocupada com

isso porque, quando a família entra no movimento de moradia,

não barramos nenhuma família porque ela é deficiente, porque

ela tem pressão alta, porque ela já teve AVC. Não barramos,

não temos nenhum critério para barrar uma família. Todos os

movimentos de moradia, quando as famílias nos procuram,

atendemos até porque nunca pensamos que amanhã poderia

ser um grande problema essa questão dos contratos e a questão

do seguro de vida ou morte, invalidez ou sinistro. Vou falar

de coração. Como acompanhei as famílias, nenhuma mentiu.

Até porque foi nosso primeiro contrato. Eu tenho artrose na coluna.

Quando eu entrei no movimento eu não tinha. São coisas

que adquirimos ao longo dos anos, que ninguém está sujeito a

não ter, problemas de pressão. Mesmo assim, queria que o senhor,

que está na linha de frente, o pessoal de COHAB, e SEHAB,

olhassem com muito carinho isso porque não proibimos famílias.

Questão de doenças, pressão, AVC, coração, podem acontecer

durante os anos em que as famílias ficam no movimento de

moradia e amanhã assinam um contrato que depois pode ser

até um tiro no pé. Acho que vale a pena os senhores estarem de

olho para ajudar. Sr. Fernando Chucre – Traga o caso específico

e é interessante até darmos uma olhada no histórico para saber

se esse caso está se repetindo. Tudo bem, Mariza? Vamos dar

uma analisada no nosso banco de dados. Sr. Rosalvo - É importante

analisar o caso específico que a companheira está trazendo,

mas na CDHU também funciona e não sei se na Caixa funciona

assim, mas, normalmente, se faz o seguro do membro da

família que faz os pagamentos. E aí ficamos com um problema.

Às vezes, quem faz o pagamento é o marido. E a mulher está lá,

não tem renda, e, se falece a mulher, não quita o apartamento.

Seria importante colocar o casal ou os titulares do processo ali

no seguro, para que então se quitasse. Porque o seguro recebe

o prêmio. Então, precisa quitar quando alguém morre. É muito

comum um dos cônjuges falecer e o outro ficar com toda a carga

de sustentar a família e ainda mais a prestação e não quita.

Tivemos caso na CDHU que tinha duas pessoas na família e

uma entrou com 30% e a outra entrou com 70% da renda. O

rapaz deu 30%, morreu, e o seguro quitou só os 30%. Os outros

70% continuaram. Então, acho que é importante pensarmos em

uma forma, e não sei se ficaria mais caro ou não no pagamento

da prestação, mas de fazer o seguro para os dois, que quita totalmente.

Faleceu um, quita. É uma hipótese. Sr. Roberto Molin

- Pegando o gancho da Mariza, pela forma como à senhora colocou,

fica muito difícil essa seguradora ganhar, judicialmente,

esse tipo de coisa. Quase impossível. Até porque ele pagou

quatro anos. Sra. Mariza - Quatro meses. Sr. Roberto Molin –

Pensei que ele tivesse pago quatro anos. Agora, independe disso,

ele obteve um financiamento. Na composição da renda, é

isso que o Rosalvo disse, pode compor 70%/30%, 50%/50%. O

seguro vai em função da composição da renda para efetuar o

financiamento. No caso, pelo que entendi, como ela não tinha

renda, 100% foi no marido. Se ele faleceu, em tese ela é a beneficiária

do seguro e ela tem que quitar 100% do imóvel. Não

existe mágica. Se fosse 70%/30%, por exemplo, e ele falecesse,

quitaria 70% do saldo devedor do imóvel. O seguro é isso. Então,

é muito provável que obviamente a seguradora tente dizer

que não é nada com ela, que isso está errado, e tudo mais. Mas,

pressionar. Estava até comentando que eu tenho uma assessora

que teve um problema desses. O marido dela faleceu, e no caso

não foi de apartamento, mas foi uma quitação de um veículo,

que o marido havia comprado. A seguradora, imediatamente,

recusou. Ela entrou firme no processo e a seguradora acabou

quitando o veículo, porque viu que não tinha alternativa. Agora,

tem que ver o caso realmente. Sr. Daniel - E só complementando,

como eu disse, a COHAB é intermediária e, assim como a

família é interessada na quitação do seguro, a COHAB também.

Então, empregamos todos os esforços para tentar resolver a situação

do sinistro. Então é só para deixar claro que em momento

algum nos omitimos para tentar resolver. É só procurar porque

às vezes falta esclarecimento. Então, se tem dúvida, nos

procurem que tentamos resolver. Sra. Verônica - Só quero fazer

uma recomendação, secretário, para o pessoal da COHAB tentar

ver essa questão do seguro. Porque essa questão de seguro, o

povo é enrolado. Então, quero propor que se reveja esse contrato,

do seguro, porque é um monte de coisas. Esse é um caso

raro, porque a liderança está junto. E os outros casos que nin-

guém sabe? Sra. Maria Almeida – Causou-me uma preocupação

muito grande o que está sendo colocado aqui agora porque

ontem faleceu uma senhora mutirante nossa há vinte anos e

nós assinamos contrato, ela assinou. Está com um ano e pouco

que foi legalizado. E ela morreu de embolia pulmonar. Está lá

no atestado de óbito. Vinte anos que mora lá. Agora, a mulher

teve uma crise, foi para o hospital, ficou internada e morreu. E

aí o seguro diz: “Ah, nunca soubemos que ela tinha isso”, como

fica uma situação dessas, se o seguro continuar desse jeito, sem

fazer de fato uma pesquisa para fazer isso, porque já foi assinado.

E todo mundo fica preocupado aqui, porque a intenção do

movimento aqui não é pedir para alguém mentir, mas, se tem

seguro, que tenha de fato a sua casa, que paguemos corretamente,

mas que as coisas sejam feitas corretamente, porque

isso ficou preocupante agora em todos os movimentos porque

ninguém sabe do que vamos morrer. Sr. Fernando Chucre – Foi

um caso específico levantado. Se a senhora tiver dificuldade, já

achou o caminho aqui, que é nosso amigo Daniel. A senhora

pode procurá-lo. Sra. Maria Almeida – Espero que não tenha,

porque, como ela foi sepultada ontem, é um dos casos que vai

vir para a COHAB. Colocar uma coisa dessas aqui é preocupante.

Sr. Fernando Chucre – Esperamos que não haja problema.

Sra. Ana Maluf – Esgotada a pauta, as reuniões começam em

fevereiro. A primeira reunião do Pleno é em março. Por que começa

em fevereiro? Porque em janeiro a maioria do pessoal

que compõe o Conselho está de férias. Então, começa em fevereiro

com a reunião da Executiva, porque são alternadas. A primeira

do Conselho Pleno em março. Mas nada impede que façamos

qualquer extraordinária, se for necessário. Sr. Fernando

Chucre – Sobre a Comissão Eleitoral, a Ana está coordenando

isso e pode dar os esclarecimentos. Sra. Ana Maluf - A Comissão

Eleitoral já fez quatro reuniões. Amanhã teremos mais uma

reunião extraordinária porque houve algumas indagações feitas

por um membro da comissão e amanhã provavelmente o edital

estará concluído. Se tudo ocorrer bem na reunião de amanhã,

esse edital será publicado depois de amanhã. E depende de algumas

informações que serão fechadas amanhã e começa-se o

processo; publica-se o edital, em 14 de dezembro, e a partir de

08 de janeiro são feitas as inscrições para o cadastramento das

entidades, tanto dos movimentos populares, quanto da sociedade

civil. Sr. Rosalvo - Gostaria de dizer uma coisa sobre o edital.

Estou falando pelo MOP, que tem um representante na Comissão

Eleitoral e, naturalmente, as discussões que eles fazem na

comissão, ele acaba levando para nós discutirmos. E talvez a

Ana possa esclarecer isso. Aparecem lá algumas propostas que

achamos até muito boas, que possa ser o titular de uma entidade

e o suplente de outra entidade. Isso é bom porque aumenta

o número de participação. Mas havia uma proposta que dissemos

que não concordávamos e aí nosso representante disse

que iria ser votado na comissão. Dissemos que não permitíamos

que isso fosse passível apenas de votação. Vamos entrar na

Justiça para impugnar se for o caso. E o caso é o seguinte: havia

uma proposta de anular todos os votos de um local de votação

se uma chapa cometesse aquelas infrações, como levar pessoas

de ônibus, dar camiseta, dar comida. Isso iria para votação e

colocamos que não aceitamos isso e não vamos permitir. Não é

que vota e a maioria decide. Não vamos permitir porque isso

abre possibilidade de manipulação do processo porque, em um

local em que tenho pouco voto, a minha chapa vai lá, faz a

maracutaia, alguém denuncia e anulam-se todos os votos daquela

urna. Isso ainda está para ser discutido. Sra. Ana Maluf -

Isso já foi discutido. Decidiu que se mantém isso. Se não se

mantém, isso não foi colocado pelo representante do movimento

dos senhores de que ele não concordava. Ao contrário, temos

as atas que serão publicadas no Diário Oficial. Ele que amanhã

peça novamente que seja colocado em votação. O processo

eleitoral segue o que seguem as eleições universais. Se algum

candidato, em uma eleição universal, infringir uma lei que é a

lei eleitoral, que proíbe boca de urna, proíbe esse tipo de atitude,

de se levar eleitores em ônibus, favorecendo um determinado

candidato, por lei isso é proibido haverá penalidade. A lei

eleitoral está mencionada no edital. Sr. Rosalvo - Os votos dele

podem ser cancelados, mas não os das outras chapas. Só os

dele. Sra. Ana Maluf - Só os dele. Sr. Rosalvo - Porque a informação

que chegou até nós é que cancelava-se a votação daquela

urna. Aí não. Sra. Ana Maluf - Complementando, como a eleição

é por formação de chapas, temos, então, uma chapa A, uma

chapa B e uma C. Se isso foi cometido por algum candidato da

Chapa A, os votos que essa chapa A teve naquela seção eleitoral

são anulados naquela seção, onde aconteceu o problema. Sr.

Rosalvo - Daquela chapa. Sra. Ana Maluf - Daquela chapa. Sr.

Rosalvo - Perfeito. Se é assim, está claro. Sra. Ana Maluf - É assim.

Só daquela chapa. Mas, para isso acontecer, Rosalvo, têm

que chegar para a Comissão Eleitoral provas que comprovem

isso efetivamente. E isso será analisado na Comissão Eleitoral

depois de realizado o processo. Sr. Rosalvo – Está claro. Sra. Verônica

- A título de informação, no sábado, vamos entregar o

Conjunto Jabuticabeira. São 200 unidades, que hoje têm R$20

mil por família do município, R$20 mil do Estado e R$96 mil do

FDS. Então, o prefeito estará lá às nove da manhã para a pré-

-inauguração. Estamos convidando todo mundo, em Guaianazes,

na Rua João Aguiar, 502. Sr. Fernando Chucre – Verônica,

estamos tentando ajustar a agenda do prefeito. Eu e o Edson já

garantimos e estamos tentando ajustar a agenda do prefeito

para o sábado. Sra. Verônica - O Edson garantiu que ele vai. E já

disse para as pessoas. Sr. Fernando Chucre – Hoje me ligaram

do gabinete para ver se tinha como mudar a data e expliquei

que temos essa dificuldade do risco de ocupação no final do

ano. O ideal era fazermos uma entrega independente de quem

estivesse presente. Então, fazer uma pré-entrega, vamos chamar

assim, para os senhores poderem resguardar de certa maneira

aquele empreendimento. Mas estaremos lá. Sra. Verônica -

Agradeço o empenho também da secretaria, da COHAB. Dizer

para a Silvia que já liberou a CETESB lá, que estava enroscada.

Obrigada, Juliana. Acho que quinta-feira já temos a autorização

para a ligação do esgoto e água. Obrigada ao pessoal que nos

ajudou na Jabuticabeira. Sra. Mariza - Quero agradecer ao Fernando

e à equipe que ajudou a fazer com que saísse do papel o

recurso do aporte do Minha Casa Minha Vida – Entidades, para

o José Maria Amaral e Florestan Fernandes. A obra retomou e

estamos muito felizes porque estávamos muito preocupados

com a questão de invasão nos apartamentos das famílias. Sábado

e domingo vão estar dois grupos fazendo o trabalho, eles

vão escolher o apartamento onde vão morar, até para ajudar a

tomar conta, porque é final de ano, Natal e Ano Novo; para envolver

mais as famílias, para tomarem conta dos seus apartamentos.

Então, enquanto Movimento dos Trabalhadores Sem

Terra Leste 1, agradecemos a equipe que ajudou, se empenhou

para sair o recurso do aporte. Se os senhores não tivessem feito

isso, estaríamos com a obra lá parada. E quero desejar a todos

um Feliz Natal. Segunda-feira temos reunião de novo. Mas pode

ser que não vejamos todo mundo. Então, um Feliz Natal para

todos. Ano que vem estaremos firmes e fortes na luta. Sr. Fernando

Chucre – Parabéns, Mariza e Verônica. Um bom Natal,

um bom Ano Novo. Ano que vem estaremos aqui de novo.

Obrigada pela participação. (Encerra-se a reunião).

**Licitações, pág. 127**

**TRABALHO E EMPREENDEDORISMO**

**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO**

Pregão Eletrônico nº : **001/2018/SMTE**

Processo nº : **6064.2017/0000638-5**

Objeto : Contratação de empresa especializada para confecção e fornecimento de capachos/ tapetes sob medida e personalizados.

Às 10:01:59 horas do dia 14 de Março de 2018, reuniram-se o Pregoeiro deste órgão/entidade José Eudes Alves Silva e

respectivo(s) membro(s) da equipe de apoio: FERNANDA AGUIAR e maria aparecida bataier, para realizar os procedimentos relativos

ao Pregão Eletrônico em epígrafe, relativo à oferta de compra - OC: 801007801002018OC00005. Inicialmente o Pregoeiro abriu

a sessão pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas e abrindo a fase de lances.

Resultado da Sessão Pública

Encerrada sem recurso

ITEM 1

Descrição: CONSULTE EDITAL.

Quantidade / Unidade de Fornecimento: 1 / UNIDADE

Menor Valor: 6.640,0000

CNPJ/CPF - Vencedor: 18912372000150 - Megacom Comércio e Serviços Eireli

Propostas Entregues: 5

Desistência de Propostas: 0

Propostas Restantes: 5

Propostas Classificadas: 5

Resultado do Item: Adjudicado

Justificativa: ADJUDICO A EMPRESA LICITANTE, EM ATENDIMENTO AO CONTIDO NO EDITAL.

Propostas

****

Desistência

Não houve desistência.

Preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte

Não houve licitante que se encontrasse na condição de empate prevista na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Análise da Aceitabilidade do Preço

****

Habilitação



Manifestação de Intenção de Interposição de Recurso

Decorrido o prazo para manifestação de recurso, não houve interposição de recurso.

Licitantes



Sessão Pública Suspensa

Às 12:11:22h do dia 14 de março de 2018, foi suspensa a sessão pública, em virtude de Análise de documentação pela Comissão

de Licitação.

Às 15:02:42h do dia 14 de março de 2018, reuniram-se o Pregoeiro deste órgão/entidade José Eudes Alves Silva e respectivos

membros da equipe de apoio para dar continuidade aos trabalhos relativos ao pregão nº 801007801002018OC00005.

Às 15:09:18h do dia 14 de março de 2018, foi suspensa a sessão pública, em virtude de Atendimento ao Item 11.4 do Edital..

Às 10:09:58h do dia 19 de março de 2018, reuniram-se o Pregoeiro deste órgão/entidade José Eudes Alves Silva e respectivos

membros da equipe de apoio para dar continuidade aos trabalhos relativos ao pregão nº 801007801002018OC00005.

Encerramento realizado por José Eudes Alves Silva

Data 19/03/2018 às 10:35:40

\*Obs.: O teor na íntegra está disponível no Portal: [www.bec.sp.gov.br](http://www.bec.sp.gov.br)

**FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO**

**E TECNOLOGIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/FUNDAÇÃO**

**PAULISTANA/2017**

Processo 8110.2017/0000042-0. A FUNDAÇÃO PAULISTANA

DE EDUCAÇÃO TECNOLOGIA E CULTURA, torna público

para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará

realizar a licitação na modalidade PREGÃO, a ser realizada por

intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado

“Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São

Paulo – Sistema BEC/SP”, com utilização de recursos de tecnologia

da informação, denominada PREGÃO ELETRÔNICO,

do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a aquisição de

Óculos de Segurança e Propé Descartável, visando assegurar

a biossegurança nas aulas práticas ministradas na nos cursos

oferecidos pela Escola Técnica de Saúde Pública Prof. Makiguti,

com as especificações constantes do memorial descritivo, que

integra o presente Edital de Licitação, como Anexo I.

O início do prazo de envio de propostas eletrônicas será

dia 26 de março de 2018 e a abertura da sessão pública de

processamento do certame ocorrerá no dia 12 de abril de 2018

às 10:30 horas. O Caderno de Licitação composto de Edital e

Anexos poderá ser retirado, mediante a entrega de um CD-R na

seção de Compras e Licitações à Avenida São João, 473 – 6º andar,

Centro - São Paulo - SP, CEP 01035-000, de segunda à sexta-

-feira, no horário das 10:00 às 16:00 horas, até o último dia útil

que anteceder a data designada para a abertura do certame ou

poderá ser obtido via internet, gratuitamente, nos endereços eletrônicos

da Prefeitura do Município de São Paulo: http://e-negocioscidadesp.

prefeitura.sp.gov.br ou www.bec. sp.gov.br. Maiores

esclarecimentos poderão ser obtidos pelos interessados através

dos telefones 3106-1258. OC 801085801002018OC00012

**do Processo 8110.2018/0000081-2**

INTERESSADO: FUNDAÇÃO PAULISTANA DE EDUCAÇÃO,

TECNOLOGIA E CULTURA

ASSUNTO: Aquisição de bolsas e camisetas para compor

"kits" a serem entregues aos alunos dos cursos do PRONATEC

ofertados pela Fundação Paulistana. Pregão eletrônico.

Homologação.

I - À vista dos elementos constantes do presente, no uso

das atribuições a mim conferidas por Lei, e com fulcro nas

Leis Federais n.º 8.666/1993 e 10.520/2002, na Lei Municipal

13.278/2002, nos Decretos Municipais n.º 44.279/2003 e

46.662/2005 e manifestação da Assessoria Técnico Jurídica desta

Fundação (Parecer FUNDATEC/AJ n.º 7417456), a qual adoto

como razão de decidir, HOMOLOGO o resultado do certame

- Pregão Eletrônico n.º 02/Fundação Paulistana/2018, aquisição

de bolsas e camisetas para compor "kits" a serem entregues

aos alunos dos cursos do PRONATEC ofertados pela Fundação

Paulistana , segundo o critério de menor preço, conforme Ata

de Realização do Pregão Eletrônico (SEI n.º 7414180), no qual

o pregoeiro ADJUDICOU à sociedade empresária BETBI INDÚSTRIA

DE CONFECÇÕES E BRINDES - EIRELI, inscrita no CNPJ/MF

sob o n.º 01.237.548/0001-12, pelo valor total de R$ 34.890,00

(trinta e quatro mil oitocentos e noventa), onerando a dotação

80.10.12.363.3019.2.881.3.3.90.30.00.02.

II - Em consequência, fica autorizada a emissão das competentes

notas de empenho, liquidação e pagamento para o

presente exercício.

III - A fiscal de contrato será o Senhor Péricles Aparecido

Rocha Silvestre, RG 33.071.736-4, e como suplente a Senhora

Andrezza Karina Domingues RG 27.143.042-4.